Revista Ponto de Vista Jurídico

doi.org/10.33362/juridico.v15i1.4193

ODS no Meio Oeste catarinense: *desafios, desempenhos e estratégias para o desenvolvimento*

SDGs in Santa Catarina's Midwest: *challenges, performance, and strategies for development*

Leandro Hupalo[1]
Adriana Hoffman[2]

Recebido em: 15/10/2026
Aceito em: 19/10/2026

RESUMO: O debate sobre o desenvolvimento sustentável ganhou destaque nas políticas públicas e na produção científica após a implementação da Agenda 2030 da ONU. No Brasil, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) tem se mostrado uma ferramenta essencial para mensurar o desempenho municipal na execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este estudo analisou o desempenho dos municípios da Microrregião da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP) nos indicadores do IDSC-BR, identificando desafios, potencialidades e estratégias de cooperação regional. A pesquisa é aplicada, de abordagem qualiquantitativa e natureza exploratória, baseada em dados secundários de fontes oficiais, especialmente do IDSC-BR 2025. Foram considerados os quatro eixos do índice (social, econômico, ambiental e institucional), com uso de estatística descritiva e análise comparativa. Os resultados revelam heterogeneidade entre os municípios, com predominância de níveis médios e baixos de sustentabilidade. Os melhores resultados foram observados nos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e 4 (Educação de Qualidade), enquanto os piores ocorreram nos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura). O avanço regional requer maior integração de políticas públicas e cooperação intermunicipal.

Palavras-chave: Governança regional. Indicadores de sustentabilidade. Cooperação intermunicipal. ODS.

ABSTRACT: The debate on sustainable development has gained prominence in public policies and academic research following the implementation of the UN 2030 Agenda. In Brazil, the Sustainable Cities Development Index (IDSC-BR) has become an essential tool for measuring municipal performance in achieving the Sustainable Development Goals (SDGs). This study analyzed the performance of municipalities in the AMARP Microregion (Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe) using IDSC-BR indicators, identifying challenges, opportunities, and regional cooperation strategies. The research is applied, exploratory, and adopts a mixed qualitative-quantitative approach based on secondary data from official

[1] Mestre em Educação (UFFS) e Doutorando em Desenvolvimento e Sociedade (UNIARP). Professor e pesquisador da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), em Caçador/SC.
[2] Mestra e Doutora em Estudos Linguísticos (UFFS). Professora do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Videira.

sources, mainly the 2025 IDSC-BR. The analysis covered four dimensions (social, economic, environmental, and institutional) employing descriptive statistics and comparative interpretation. Results show heterogeneity among municipalities, with predominance of medium and low sustainability levels. The best results were found in SDG 3 (Good Health and Well-Being) and SDG 4 (Quality Education), while the lowest performances occurred in SDG 2 (Zero Hunger and Sustainable Agriculture) and SDG 9 (Industry, Innovation, and Infrastructure). Advancing sustainability requires stronger public policy integration and intermunicipal cooperation.

Keywords: Regional governance. Sustainability indicators. Intermunicipal cooperation. SDG.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento sustentável adquiriu centralidade nas agendas públicas e acadêmicas, especialmente após a consolidação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que distribuiu os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma referência essencial para a formulação de políticas e ações globais (Pessina *et al.*, 2022). No Brasil, o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) se destaca como uma ferramenta estratégica para monitorar o avanço dos municípios em direção a essas metas, fornecendo diagnósticos que orientam a elaboração de políticas públicas (Silva; Brisola; Silva, 2023). Na Microrregião da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), o desafio de alinhar as políticas locais aos ODS torna-se particularmente significativo, em função da diversidade socioeconômica dos municípios e da necessidade de equilíbrio econômico, inclusão social e preservação ambiental.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o desempenho dos municípios da AMARP nos indicadores do IDSC-BR, identificando os principais desafios e potencialidades na implementação dos ODS e propondo estratégias integradas para promover um desenvolvimento regional mais sustentável, inclusivo e equitativo. Especificamente, busca-se: (a) diagnosticar o nível de desempenho dos municípios da AMARP em relação aos eixos social, econômico, ambiental e institucional do IDSC-BR; (b) identificar os principais gargalos e desafios estruturais que dificultam o avanço dos ODS nos municípios da microrregião; e (c) propor estratégias e ações de fortalecimento das políticas públicas e de cooperação intermunicipal, visando a melhoria do cumprimento dos ODS, com ênfase na sustentabilidade territorial e na redução das desigualdades regionais.

A partir dessa problematização, o estudo formula três hipóteses centrais: (H1) existe uma disparidade significativa entre os municípios da AMARP no alcance dos ODS, refletindo

desigualdades estruturais em infraestrutura, educação e gestão pública; (H2) os indicadores relacionados aos eixos ambiental e institucional apresentam desempenho inferior, apontando lacunas na implementação de políticas voltadas à sustentabilidade e à governança; e (H3) a cooperação intermunicipal e o compartilhamento de boas práticas podem constituir mecanismos eficazes para acelerar o cumprimento dos ODS na região.

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na importância de compreender os fatores que condicionam o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em nível local, especialmente em regiões de médio porte como a AMARP, onde o planejamento territorial enfrenta limitações financeiras e técnicas (Duarte, 2023). Nesse sentido, a análise e o monitoramento de indicadores de sustentabilidade, como o IDSC-BR, oferecem subsídios diretos para que gestores públicos, pesquisadores e a sociedade civil avaliem o estágio de sustentabilidade regional, possibilitando a definição de políticas públicas mais eficazes e orientadas para as necessidades locais (Begnini; Ferreto, 2016). Assim, o trabalho contribui para a integração das dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento, fortalecendo a capacidade de ação dos municípios diante dos compromissos reafirmados com a Agenda 2030.

Apesar do crescimento das pesquisas sobre os ODS no Brasil, ainda persistem lacunas significativas no campo acadêmico relacionadas à análise integrada de dados municipais sob uma perspectiva regional. A escassez de estudos que investigam as especificidades microrregionais de Santa Catarina limita a compreensão das assimetrias de desenvolvimento e das interdependências entre os municípios (Leal *et al.*, 2019). Nesse contexto, o presente artigo visa preencher essa lacuna, oferecendo uma análise empírica e interpretativa dos resultados do IDSC-BR na AMARP, com o intuito de subsidiar novas políticas e pesquisas sobre sustentabilidade territorial no contexto catarinense (Felipe *et al.*, 2022).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento sustentável, reconhecido como uma das abordagens mais cruciais do século XXI, está intrinsecamente ligado à necessidade de reequilibrar o crescimento econômico com a equidade social e a proteção ambiental, originando-se do Relatório Brundtland em 1987. Este conceito tem se tornado uma referência fundamental em políticas públicas, estratégias de negócios e práticas de governança no mundo inteiro (Melo; Júnior;

Espíndola (2024)). A Agenda 2030, promulgada pela ONU em 2015, apresenta os 17 ODS, que se propõem a orientar políticas em todos os níveis, enfatizando a interconexão entre as dimensões sociais, econômicas e ambientais. Essa abordagem destaca a colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil como crucial para o alcance dos objetivos comuns (Viola; Sales; Schneider, 2023).

Uma das metas fundamentais do desenvolvimento sustentável é a sua adaptação aos contextos locais, onde as particularidades de cada região determinam a eficácia das políticas de sustentabilidade (Melo; Júnior; Espíndola (2024); Zulpo; Moraes; Tedesco, 2020). No Brasil, a adaptação das metas globais da Agenda 2030 às realidades locais se torna uma prioridade, especialmente à luz das desigualdades regionais no acesso a recursos e capacidades institucionais (Zulpo; Moraes; Tedesco, 2020). Portanto, os municípios, ao se tornarem protagonistas na implementação do ODS, devem desenvolver estratégias que considerem seu contexto sociocultural e econômico específico (Rohrich; Takahashi, 2020).

Para medir progressos e avaliar a eficácia das políticas de desenvolvimento sustentável, os indicadores de sustentabilidade são essenciais. Esses indicadores transformam metas globalmente definidas em dados práticos e aferíveis, permitindo que governos e administradores locais acompanhem seu avanço (Feil; Schreiber, 2019; Thimoteo; Garcez; Hourneaux, 2015). O Índice de IDSC-BR é um exemplo notável que se adapta às particularidades brasileiras e que propõe ser uma ferramenta estratégica para o monitoramento e aprimoramento das práticas de sustentabilidade nos municípios (Araújo *et al.*, 2022). A análise dessas medidas revela, ainda, as disparidades regionais no Brasil, oferecendo uma visão clara dos avanços e dos desafios em diferentes locais, como evidenciado na microrregião da AMARP, no Meio Oeste catarinense, onde as economias locais estão interligadas por cadeias produtivas, mas enfrentam complexidades semelhantes em infraestrutura e inclusão social (Pereira; Silva; Oliveira, 2023).

Além disso, a cooperação entre municípios, por meio de consórcios e redes de governança, tem mostrado uma necessidade crescente para o avanço da sustentabilidade. Essa colaboração permite o compartilhamento de recursos e boas práticas, promovendo soluções mais eficazes para problemas comuns, bem como evidenciando a importância de uma governança participativa que inclui a sociedade civil (Campana *et al.*, 2024). O fortalecimento da identidade territorial associado ao desenvolvimento local é vital não apenas

para a eficácia das políticas públicas, mas também para a promoção de uma cultura de sustentabilidade (Feil; Traesel, 2024).

A literatura sobre governança e planejamento participativo ressalta que uma melhoria bem-sucedida da Agenda 2030 exige um novo paradigma decisório, que valorize a participação social e a transparência como pilares (Leite *et al.*, 2021; Bedin; Faria, 2021). Essa necessidade sublinha a importância de garantir que a utilização de indicadores, como os do IDSC-BR, não permita apenas a mensuração de resultados, mas que também fomente um ambiente de gestão pública orientado por evidências e resultados tangíveis (Stéfani; Delgado, 2021). Contudo, ainda existem lacunas significativas na pesquisa acadêmica sobre sustentabilidade, especialmente na análise comparativa dos indicadores em microrregiões, o que realça a relevância de trabalhos que promovem uma abordagem mais integrada, considerando a diversidade territorial do Brasil (Alves *et al.*, 2016).

Em suma, o desenvolvimento sustentável no Brasil exige um esforço colaborativo entre todos os setores da sociedade, a partir de uma estrutura que promova tanto a eficácia das políticas públicas quanto o monitoramento rigoroso por meio de indicadores robustos. Uma implementação eficaz dos ODS, aliada a uma gestão informada e participativa, pode contribuir significativamente para o fortalecimento das práticas sustentáveis e para a superação das desigualdades regionais.

O Quadro 1 apresenta um resumo dos autores e temas abordados nessa seção.

Quadro 1 – Resumo dos autores e temas abordados na seção

Autor(es)	Tema
Melo; Júnior; Espíndola (2024); Viola; Sales; Schneider (2023)	Conceito, dimensões e evolução do desenvolvimento sustentável e da Agenda 2030.
Melo; Júnior; Espíndola (2024); Zulpo; Moraes; Tedesco (2020); Rohrich; Takahashi (2020)	A importância da adaptação das metas globais (ODS) aos contextos locais e o protagonismo dos municípios.
Feil; Schreiber (2019); Thimoteo; Garcez; Hourneaux (2015); Araújo *et al.* (2022)	O papel dos indicadores de sustentabilidade, como o IDSC-BR, para mensuração, monitoramento e gestão.
Pereira; Silva; Oliveira (2023); Alves *et al.* (2016)	Análise de disparidades regionais e a existência de lacunas na pesquisa acadêmica em nível microrregional.
Campana *et al.* (2024); Feil; Traesel (2024)	Cooperação intermunicipal, redes de governança e o fortalecimento da identidade territorial como estratégias.
Leite *et al.* (2021); Bedin; Faria (2021); Stéfani; Delgado (2021)	A necessidade de um novo paradigma de governança baseado em participação social, transparência e gestão por evidências.

Fonte: os autores (2026).

Dessa forma e de acordo com o resumo do Quadro 1, a literatura consolidada demonstra que o avanço da agenda do desenvolvimento sustentável transcende a mera aplicação de políticas ambientais isoladas, exigindo uma abordagem sistêmica e multiescalar. A efetiva implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) depende da sua territorialização, onde os municípios assumem papel central, e da utilização de indicadores robustos para guiar uma gestão pública transparente e baseada em evidências. Emerge, portanto, um consenso sobre a necessidade de fortalecer a cooperação intermunicipal e a governança participativa como mecanismos estratégicos para superar as desigualdades estruturais e promover um desenvolvimento equilibrado, resiliente e alinhado aos desafios do século XXI.

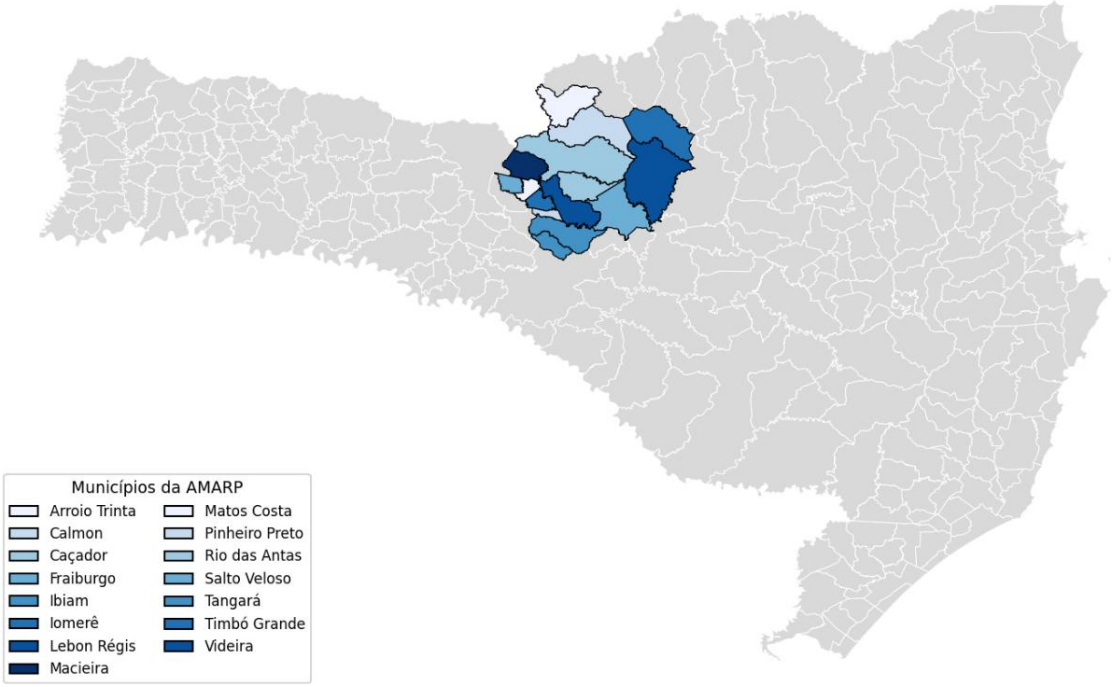
3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualiquantitativa, apresentando-se como um estudo de natureza aplicado, com objetivos exploratórios. O procedimento técnico do levantamento foi escolhido devido à sua capacidade de captar dados significativos sobre os indicadores de sustentabilidade na Microrregião da AMARP. A abordagem qualitativa permitiu uma interpretação dos resultados, essencial para entender os desafios enfrentados pelos municípios, enquanto a análise quantitativa facilitou a mensuração e comparação do desempenho em relação aos ODS, utilizando o IDSC-BR como referência. Esse índice é uma ferramenta complementar que permite não apenas a compreensão da realidade empírica, mas também a proposição de estratégias que aprimorem as políticas públicas e a governança regional externas para a sustentabilidade (Freires; Nascimento; Neto, 2024; Barra *et al.*, 2024).

A amostra desta pesquisa foi composta por 15 municípios que integram a AMARP: Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira. Esta microrregião, localizada no Meio oeste de Santa Catarina, caracteriza-se pela diversidade socioeconômica, com economias que abrangem agroindústria, produção madeireira e serviços. Dados recentes do IBGE (2023) apontam que a população regional ultrapassa 200 mil habitantes, destacando Caçador e Videira como os principais centros urbanos. A presença de uma forte influência cultural proveniente da imigração italiana, alemã e polonesa enriquece as práticas produtivas e a organização social, tornando a AMARP um espaço representativo

para análises sobre desenvolvimento sustentável em contextos regionais variados (Simões; Silva; Marjotta-Maistro, 2024). A Figura 1 apresenta os municípios que compõe a AMARP e sua localização geográfica.

Figura 1 – Microrregião da AMARP



Fonte: os autores (2026).

A coleta de dados foi realizada exclusivamente a partir de fontes secundárias, tendo como base principal o IDSC-BR, desenvolvida pelo Instituto Cidades Sustentáveis em parceria com o Programa Cidades Sustentáveis (IDSC-BR, 2025). Este índice integra dados de fontes oficiais, entre elas o IBGE, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Educação, estruturando-os conforme os 17 ODS da Agenda 2030. Foram extraídos dados mais atualizados até 2025, referentes aos quatro eixos de análise do IDSC-BR: social, econômico, ambiental e institucional. Isso permitiu uma avaliação abrangente, permitindo uma comparação eficaz entre os municípios da região (Unfer; Baggio, 2024; Silva; Feil, 2021). Cabe ressaltar que, como tratam-se de dados secundários, públicos e abertos, a pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP).

A análise estatística descritiva foi empregada para identificar padrões de desempenho, convergências e discrepâncias entre os municípios em relação aos ODS. Medidas de posição e comparação das previsões gerais e setoriais foram calculadas, fornecendo uma visualização clara da distribuição dos resultados e classificando o nível de desenvolvimento sustentável de

cada município. Tabelas e gráficos comparativos foram modificados, incluindo um ranking regional e um mapeamento dos ODS com desempenhos distintos. Essa abordagem analítica não apenas favoreceu uma interpretação objetiva dos resultados, mas também apoiou a discussão sobre os desafios e as oportunidades de sustentabilidade regional na AMARP, direcionando a formulação de estratégias de melhoria das políticas públicas locais (Vargas; Silva; Silva, 2023; Martins; Schimitz; Crispim, 2023).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Desempenho geral dos municípios da AMARP nos eixos do IDSC-BR

A análise dos dados do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) revelou que os municípios da microrregião da AMARP apresentam níveis heterogêneos de desempenho nos quatro eixos avaliados: social, econômico, ambiental e institucional. As pontuações gerais variaram de 45,85 (Timbó Grande) a 55,79 (Macieira), refletindo um predomínio das classificações “médio” e “baixo”. Esse resultado confirma a hipótese (i), que propunha a existência de desigualdades significativas entre os municípios, associadas às diferenças estruturais em infraestrutura, educação e gestão pública.

Os municípios com melhor desempenho geral, como Ibiam, Fraiburgo e Salto Veloso, destacam-se pela estabilidade econômica, menor vulnerabilidade social e maior capacidade de gestão institucional. Em contrapartida, Caçador, Lebon Régis e Timbó Grande apresentaram pontuações inferiores à média regional, evidenciando limitações em políticas de governança e em indicadores ambientais. A Tabela 1 sintetiza o desempenho geral dos municípios nos quatro eixos do IDSC-BR e apresenta a classificação final de cada um.

Tabela 1 – Visão geral ODS

Município	Pontuação geral	Classificação geral (Brasil)	Nível de desenvolvimento
Arroio Trinta	59,55	205°	Médio
Caçador	47,66	3.729°	Baixo
Calmon	53,95	1.309°	Médio
Fraiburgo	48,98	3.208°	Baixo
Ibiam	55,09	984°	Médio
Iomerê	51,34	2.259°	Médio
Lebon Régis	45,96	4.295°	Baixo
Macieira	55,79	826°	Médio
Matos Costa	49,10	3.154°	Baixo

Município	Pontuação geral	Classificação geral (Brasil)	Nível de desenvolvimento
Pinheiro Preto	49,26	3.090°	Baixo
Rio das Antas	49,66	2.944°	Baixo
Salto Veloso	54,26	1.209°	Médio
Tangará	51,70	2.101°	Médio
Timbó Grande	45,85	4.332°	Baixo
Videira	49,65	2.947°	Baixo

Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis (2025).

A análise da Tabela 1 evidencia que a Microrregião da AMARP apresenta um nível intermediário de desenvolvimento sustentável, com a maioria dos municípios situando-se entre as classificações “médio” e “baixo”. Os resultados revelam uma amplitude de desempenho que varia de 45,85 pontos (Timbó Grande) a 55,79 pontos (Macieira), indicando diferenças estruturais e de gestão pública entre os municípios. Observa-se que Ibiam, Fraiburgo e Salto Veloso alcançam os melhores índices, impulsionados por avanços nas dimensões social e econômica, especialmente em educação, saúde e infraestrutura básica. Em contrapartida, Caçador, Lebon Régis e Timbó Grande figuram entre os menores desempenhos, refletindo desafios relacionados à capacidade institucional, ao planejamento territorial e à execução de políticas ambientais.

Essas diferenças refletem também a heterogeneidade econômica da microrregião, marcada por contrastes entre centros urbanos diversificados, como Videira e Fraiburgo, e municípios menores com base produtiva rural. A predominância de níveis médios de sustentabilidade reforça o caráter intermediário da região, que apresenta avanços sociais importantes, mas ainda carece de maior integração institucional e de políticas ambientais robustas. Estudos como o de Melo *et al.* (2021) demonstram que as disparidades socioeconômicas impactam o desempenho nas avaliações de desenvolvimento, evidenciando que regiões urbanas tendem a apresentar melhores índices em comparação com áreas rurais, o que também se observa na AMARP, onde centros urbanos como Videira se destacam em relação a municípios menores (Silva *et al.*, 2018).

Além disso, a presença de municípios com maior desempenho, como Ibiam, Fraiburgo e Salto Veloso, é frequentemente associada a uma gestão institucional mais eficaz e à estabilidade econômica, como distribuída por Guastalle *et al.* (2022), que ressaltam a importância de políticas públicas robustas na promoção do desenvolvimento sustentável nas diversas dimensões apresentadas. No entanto, as taxas mais baixas de municípios como

Caçador e Timbó Grande implicam limitações nas práticas de governança e na execução de políticas ambientais, reafirmando os resultados de Ferreira e Branchi (2022), que destacam a fragilidade das iniciativas sustentáveis em contextos onde a infraestrutura e a capacidade institucional são insuficientes.

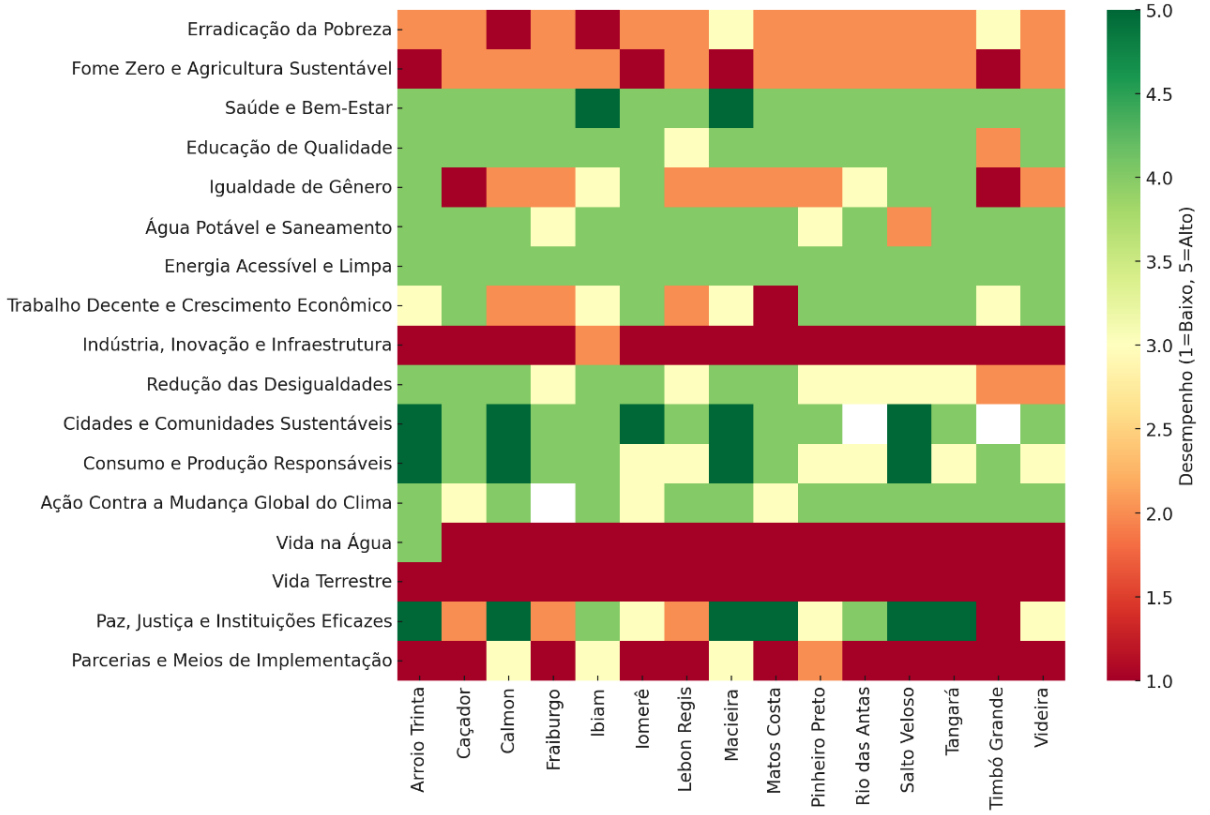
Desta forma, os resultados obtidos na AMARP não apenas refletem uma realidade local, mas também dialogam com tendências e desafios enfrentados em diversas regiões do Brasil, evidenciando a necessidade contínua de integração de políticas públicas e mecanismos eficazes de governança para promover a equidade e a sustentabilidade.

4.2 Desafios estruturais e gargalos para o avanço dos ODS na microrregião

Ao se desagregar o desempenho por objetivo de desenvolvimento sustentável, observou-se que os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ODS 4 (Educação de Qualidade) figuram entre os de melhor avaliação na maioria dos municípios, frequentemente classificados como “alto” ou “muito alto”. Já os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) apresentaram desempenhos inferiores, situando-se predominantemente entre “baixo” e “muito baixo”. Tais evidências confirmam parcialmente a hipótese (ii), que previa menor desempenho nos eixos ambiental e institucional, evidenciando lacunas na integração de políticas ambientais, na inovação produtiva e na infraestrutura municipal.

O *heatmap* de desempenho dos ODS revela padrões territoriais claros: municípios como Fraiburgo, Ibiam e Macieira apresentam equilíbrio entre as dimensões social e institucional, enquanto Timbó Grande e Lebon Régis concentram baixos índices na maioria dos objetivos. A Figura 2 permite a visualização comparativa do desempenho dos 17 ODS entre os municípios da AMARP, com cores variando do vermelho (baixo desempenho) ao verde (alto desempenho).

Figura 2 – Mapa de desempenho dos ODS



Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis (2025).

A Figura 2 evidencia padrões territoriais marcantes no desempenho dos municípios da AMARP frente aos ODS. Nota-se um predomínio de cores em tons de verde nos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade) e 6 (Água Potável e Saneamento), indicando desempenho elevado e políticas públicas mais consolidadas nessas áreas. Por outro lado, observa-se uma concentração de tons vermelhos e alaranjados nos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e 14 (Vida na Água), revelando fragilidades estruturais e lacunas nas dimensões ambiental e produtiva.

Tal contraste confirma a hipótese de assimetria regional e a predominância de desafios nos eixos ambiental e institucional, especialmente nos municípios menores e com base econômica mais dependente do setor primário, como Timbó Grande, Lebon Régis e Calmon. Em contrapartida, municípios como Fraiburgo, Ibiam e Salto Veloso apresentam um padrão mais homogêneo, demonstrando maior equilíbrio entre as dimensões social e econômica. Essa heterogeneidade reforça a necessidade de políticas cooperativas e integradas, que permitam o compartilhamento de boas práticas e a formulação de estratégias conjuntas para elevar o desempenho coletivo da microrregião em direção às metas da Agenda 2030.

A análise dos resultados revela um panorama que, ao ser comparado com outras pesquisas, expressa tanto fortalezas quanto fragilidades em vários contextos. O desempenho destacado nos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e 4 (Educação de Qualidade) reitera a necessidade de cumprimento de estruturas educacionais robustas no Brasil, como a Base Nacional Comum Curricular e o Plano Nacional de Educação (Marcondes *et al.*, 2023). Contudo, a observação de que áreas como os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) apresentam desempenhos significativamente inferiores ecoa a discussão sobre como a falta de infraestrutura adequada prejudica o desenvolvimento dos sistemas produtivos em várias regiões do Brasil Pimentel, 2019). Esta realidade destaca a necessidade de estratégias concentradas para melhorar a infraestrutura e a inovação, pontos críticos para que os ODS mais problemáticos possam ser alcançados.

Adicionalmente, a heterogeneidade identificada nos desempenhos dos municípios sustenta a necessidade de políticas de cooperação intermunicipal. Esta sugestão é corroborada pelos achados que evidenciam que a ativação de recursos locais pode impulsionar o desenvolvimento regional resiliente, especialmente em áreas que tradicionalmente enfrentam estagnação econômica (Dallabrida *et al.*, 2019). O compartilhamento de boas práticas entre municípios que se destacam em diferentes ODS, como saúde e educação, pode ser um caminho promissor para mitigar desigualdades regionais, criando redes de colaboração que fortalecem o tecido social e econômico da microrregião. Considerando que a sustentabilidade regional depende profundamente da integração de esforços em políticas públicas, os resultados da AMARP ressaltam, portanto, a urgência por ações colaborativas e inovadoras para enfrentar seus desafios estruturais.

4.3 Estratégias e cooperação intermunicipal para a sustentabilidade territorial

Antes da apresentação das estratégias e cooperação intermunicipal, é pertinente destacar que o desempenho dos municípios da Microrregião da AMARP no IDSC-BR revela um cenário de contrastes significativos entre os diferentes objetivos da Agenda 2030. Embora alguns municípios demonstrem avanços notáveis em áreas sociais, outros enfrentam limitações estruturais que comprometem a efetividade das políticas públicas voltadas à sustentabilidade. A análise dos ODS de melhor e pior desempenho permite compreender não apenas as prioridades e conquistas locais, mas também os gargalos que persistem nos eixos

econômico, ambiental e institucional, especialmente em temas relacionados à inovação, infraestrutura e preservação dos recursos naturais. A Tabela 2 sintetiza o panorama geral dos resultados obtidos, apresentando, para cada município da AMARP, os objetivos em que obteve seus melhores e piores indicadores de desempenho.

Tabela 2 – ODS de melhor e pior desempenho nos municípios da AMARP

Município	Melhor ODS	Pior ODS
Arroio Trinta	Cidades e Comunidades Sustentáveis; Consumo e Produção Responsáveis	Fome Zero e Agricultura Sustentável; Indústria, Inovação e Infraestrutura
Caçador	Saúde e Bem-Estar; Educação de Qualidade; Água Potável e Saneamento	Igualdade de Gênero; Indústria, Inovação e Infraestrutura
Calmon	Cidades e Comunidades Sustentáveis; Consumo e Produção Responsáveis	Erradicação da Pobreza; Indústria, Inovação e Infraestrutura
Fraiburgo	Saúde e Bem-Estar; Educação de Qualidade; Energia Limpa e Acessível	Indústria, Inovação e Infraestrutura; Vida na Água
Ibiam	Saúde e Bem-Estar	Erradicação da Pobreza; Vida na Água; Vida Terrestre
Iomerê	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Fome Zero e Agricultura Sustentável; Indústria, Inovação e Infraestrutura
Lebon Régis	Saúde e Bem-Estar; Água Potável e Saneamento; Educação de Qualidade	Indústria, Inovação e Infraestrutura; Vida na Água
Macieira	Saúde e Bem-Estar; Cidades e Comunidades Sustentáveis	Fome Zero e Agricultura Sustentável; Indústria, Inovação e Infraestrutura
Matos Costa	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Indústria, Inovação e Infraestrutura
Pinheiro Preto	Saúde e Bem-Estar; Educação de Qualidade; Energia Limpa e Acessível	Indústria, Inovação e Infraestrutura; Vida na Água
Rio das Antas	Saúde e Bem-Estar; Educação de Qualidade; Água Potável e Saneamento	Indústria, Inovação e Infraestrutura; Vida na Água
Salto Veloso	Cidades e Comunidades Sustentáveis; Consumo e Produção Responsáveis	Indústria, Inovação e Infraestrutura; Vida na Água
Tangará	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Indústria, Inovação e Infraestrutura; Vida na Água
Timbó Grande	Saúde e Bem-Estar; Água Potável e Saneamento; Educação de Qualidade	Fome Zero e Agricultura Sustentável; Igualdade de Gênero; Indústria, Inovação e Infraestrutura
Videira	Saúde e Bem-Estar; Educação de Qualidade; Água Potável e Saneamento	Indústria, Inovação e Infraestrutura; Vida na Água

Fonte: Instituto Cidades Sustentáveis (2025).

A análise dos dados apresentados na Tabela 2 evidencia que os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ODS 4 (Educação de Qualidade) são os que mais se destacam entre os municípios da AMARP, sendo recorrentes como áreas de melhor desempenho em quase toda a microrregião. Isso demonstra avanços consistentes nas políticas públicas voltadas à saúde e à

educação básica, refletindo a presença de estruturas consolidadas de atendimento e investimento contínuo nessas áreas.

Em contrapartida, a Tabela 2 aponta que os ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) figuram entre os piores resultados de forma generalizada, revelando uma fragilidade estrutural nos eixos produtivo e ambiental. Tal padrão indica que, embora a região apresente progresso em dimensões sociais, ainda enfrenta grandes desafios relacionados à diversificação econômica, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental. Além disso, observa-se uma heterogeneidade significativa: municípios como Fraiburgo, Ibiam e Macieira exibem desempenhos equilibrados entre os eixos social e institucional, enquanto Caçador, Lebon Régis e Timbó Grande concentram as menores pontuações, o que reforça a necessidade de estratégias cooperativas intermunicipais para reduzir desigualdades e potencializar boas práticas na gestão dos ODS.

Os desafios e avanços observados na Microrregião da AMARP refletem tendências semelhantes a estudos realizados em outras localidades. Os dados indicam um desempenho positivo nos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ODS 4 (Educação de Qualidade), com avanços significativos em políticas sociais, mas destacam fragilidades em áreas como o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável).

Essa dualidade foi identificada na pesquisa de Oliveira *et al.* (2024), que aponta a necessidade de maior coordenação intersetorial para alcançar o desenvolvimento sustentável nas práticas municipais, destacando que muitos municípios ainda enfrentam dificuldades em diversificação econômica e sustentabilidade ambiental. Além disso, a revelação de heterogeneidade nos desempenhos dos municípios da AMARP se alinha com o que Szetey *et al.* (2021) notaram, enfatizando a importância da integração dos ODS nos planos de desenvolvimento local e a necessidade de colaboração para maximizar resultados sustentáveis.

As evidências de que a cooperação intermunicipal pode ser uma estratégia eficaz para superar desigualdades regionais são confirmadas pelos achados de Feiock, Steinacker e Park (2009), que discutem como a colaboração entre governos locais pode minimizar obstáculos e potencializar os resultados das políticas públicas. Na AMARP, a identificação de municípios com áreas complementares de excelência pode servir como um ponto de partida para ações colaborativas eficazes. O fortalecimento da governança compartilhada entre municípios não

apenas atende às necessidades locais, mas também propicia impactos positivos em larga escala, corroborando a necessidade de um esforço conjunto e sistemático para a implementação de estratégias que promovam um desenvolvimento equilibrado na microrregião.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o desempenho dos municípios da Microrregião da AMARP nos indicadores do IDSC-BR, identificando os principais desafios e potencialidades na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A pesquisa buscou diagnosticar o nível de avanço regional, identificar gargalos estruturais e propor caminhos para o fortalecimento de políticas públicas por meio da cooperação.

Os principais achados da pesquisa revelam a existência de heterogeneidades significativas entre os municípios, refletindo desigualdades estruturais em infraestrutura, inovação e capacidade institucional. Observou-se que, embora haja avanços nos ODS voltados à saúde (ODS 3) e à educação (ODS 4), persistem fragilidades marcantes nas dimensões ambiental e produtiva, especialmente nos ODS 2 e 9, o que limita o avanço do desenvolvimento sustentável de forma equilibrada na microrregião.

As três hipóteses centrais formuladas na introdução foram validadas. A análise dos dados confirmou a disparidade de desempenho entre os municípios (H1), o menor avanço nos eixos ambiental e institucional (H2) e, por fim, demonstrou que a cooperação intermunicipal pode constituir um mecanismo eficaz para a superação de desafios comuns (H3), indicando que políticas compartilhadas e a troca de boas práticas são caminhos viáveis para acelerar o cumprimento dos ODS.

Entre as limitações da pesquisa, destacam-se a utilização exclusiva de dados secundários e o caráter transversal da análise, que não permite uma avaliação dinâmica das transformações ao longo do tempo. Como perspectivas de continuidade, sugere-se a realização de investigações longitudinais para acompanhar a evolução dos indicadores, bem como o aprofundamento das análises em escala municipal com a inclusão de dimensões qualitativas sobre governança, participação social e o impacto de políticas locais específicas.

AGRADECIMENTO

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) “Edital 19/2024”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Simone *et al.* Indicadores de sustentabilidade para institutos de pesquisa e inovação da área nuclear. **Brazilian Journal of Radiation Sciences**, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.15392/bjrs.v4i1.203. Acesso em: 14 jun. 2026.

ARAÚJO, Flávio *et al.* Indicadores de sustentabilidade para sistemas agroflorestais: levantamento de metodologias e indicadores utilizados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. esp., 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.246191. Acesso em: 28 jul. 2026.

BARRA, Jancer *et al.* Evidências da divulgação dos objetivos de desenvolvimento sustentável em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Ambiente Contábil**, v. 16, n. 1, p. 135-157, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.21680/2176-9036.2024v16n1id32390. Acesso em: 5 jul. 2026.

BEDIN, Éverton; FARIA, Leonardo. Integração entre as dimensões da sustentabilidade e a atividade-fim das IES brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (Revbea)**, v. 16, n. 6, p. 83-103, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.34024/revbea.2021.v16.12355. Acesso em: 19 jun. 2026.

BEGNINI, Sergio; FERRETO, Lirane Elize Defante. Desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina: um estudo multidimensional. **Gestão & Regionalidade**, v. 32, n. 94, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.13037/gr.vol32n94.3149. Acesso em: 11 jul. 2026.

CAMPANA, Anelise *et al.* O uso de indicadores para a promoção da sustentabilidade local por meio de plataformas digitais: os casos de Cascavel (Brasil) e Vila Nova de Gaia (Portugal).

Revista Gestão & Sustentabilidade, v. 5, n. 1, e14185, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.36661/2596-142x.2023v5n1.14185. Acesso em: 2 jun. 2026.

DALLABRIDA, Valdir Roque *et al.* Activando el patrimonio territorial como estrategia de desarrollo de regiones estancadas: el caso del territorio del Contestado. **Informe GEPEC**, v. 23, p. 89-114, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.48075/igepec.v23i0.22747. Acesso em: 22 jul. 2026.

DUARTE, Valcir. Dinâmica do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da região da AMARP em Santa Catarina - Brasil. **Informe GEPEC**, v. 27, n. 2, p. 310-329, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.48075/igepec.v27i2.30911. Acesso em: 8 jun. 2026.

FEIL, Alexandre; SCHREIBER, Dusan. Análise dialógica dos níveis, dimensões e indicadores de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 6, n. 13, p. 317-333, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.21438/rbgas.061305. Acesso em: 17 jul. 2026.

FEIL, Alexandre; TRAESEL, Elizete. Indicadores de sustentabilidade empregados na avaliação do desempenho da indústria de bebidas no Brasil. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 6, n. 1, p. 1-23, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.56579/rei.v6i1.681. Acesso em: 30 jun. 2026.

FEIOCK, Richard C.; STEINACKER, Annette; PARK, Hee Jae. Institutional collective action and economic development joint ventures. **Public Administration Review**, v. 69, n. 2, p. 256-270, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2008.01972.x. Acesso em: 24 jun. 2026.

FELIPE, Larissa Knorst *et al.* Centrais de regulação e consórcios intermunicipais de saúde: a percepção de gestores catarinenses. **Saúde em Redes**, v. 8, n. 3, p. 73-88, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.18310/2446-4813.2022v8n3p73-88. Acesso em: 13 jul. 2026.

FERREIRA, Anderson; BRANCHI, Bruna. Medindo a contribuição do meio rural ao desenvolvimento sustentável no Brasil: uma revisão da literatura. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, p. 36-52, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.51896/ccs/wins1618. Acesso em: 7 jul. 2026.

FREIRES, Klerton; NASCIMENTO, Eliane; NETO, Miguel. Impedimentos, virtualidades e prospectivas na efetivação dos objetivos de desenvolvimento sustentável: uma exegese comparativa entre as realidades distintas de Massapê e Fortaleza. **Revista Acadêmica Online**, v. 10, n. 54, e390, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.36238/2359-5787.2024.v10n54.390. Acesso em: 20 jun. 2026.

GUASTALLE, Roberta *et al.* Universalização dos serviços de água e esgoto: o que revelam os indicadores municipais de desenvolvimento. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 27, n. 86, p. 1-18, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.12660/cgpc.v27n86.82224. Acesso em: 15 jul. 2026.

IDSC-BR. INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **IDSC-BR** – Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. 2025. Disponível em: https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/. Acesso em: 4 jun. 2026.

LEAL, Eronildo Marinho Melo *et al.* Razões para a expansão dos consórcios intermunicipais de saúde em Pernambuco: percepção dos gestores estaduais. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 128-142, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0104-12902019180956. Acesso em: 26 jul. 2026.

LEITE, Michele *et al.* Geoprodutos em comunidades turísticas para o desenvolvimento sustentável e empreendedorismo social. **Revista Produção Online**, v. 21, n. 3, p. 913-929, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.14488/1676-1901.v21i3.4346. Acesso em: 10 jun. 2026.

MARTINS, Zilmar; SCHMITZ, Bruna; CRISPIM, Marisa. A utilidade da informação contábil para a tomada de decisão: uma percepção de alunos de graduação em administração. **Revista Fatec Zona Sul**, v. 9, n. 5, p. 38-58, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.26853/refas_issn-2359-182x_v09n05_04. Acesso em: 23 jul. 2026.

MELO, Lucas; JÚNIOR, Pedro; ESPÍNDOLA, Giovana. Os caminhos da sustentabilidade no Brasil: estudo de caso baseado em indicadores de sustentabilidade. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 22, n. 1, p. 3287-3308, 2024. DOI: 10.55905/oelv22n1-173. Disponível em: https://doi.org/10.55905/oelv22n1-173. Acesso em: 18 jun. 2026.

MELO, Ricardo *et al.* Impacto das variáveis socioeconômicas no desempenho do ENEM: uma análise espacial e sociológica. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 6, p. 1271-1294, 2021. DOI: 10.1590/0034-761220200843. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-761220200843. Acesso em: 2 jul. 2026.

OLIVEIRA, Danila Roberta *et al.* The importance of implementing sustainable practices in municipalities of the Araguaia River Valley, Mato Grosso, Brazil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 11, p. 1-23, 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n11-127. Disponível em: https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n11-127. Acesso em: 29 jul. 2026.

PEREIRA, Alan; SILVA, Fernando; OLIVEIRA, Jefferson. Utilização de indicadores de sustentabilidade do turismo em unidades de conservação nas últimas décadas: impactos e importância. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 16, n. 1, 2023. DOI: 10.34024/rbecotur.2023.v16.14050. Disponível em: https://doi.org/10.34024/rbecotur.2023.v16.14050. Acesso em: 15 jun. 2026.

PESSINA, Maria *et al.* Cooperação internacional para o desenvolvimento e financiamento externo para o Brasil: uma macroanálise do período entre 2000 e 2020. **Revista de Administração Pública**, v. 56, n. 2, p. 248-274, 2022. DOI: 10.1590/0034-761220210294. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-761220210294. Acesso em: 7 jul. 2026.

PIMENTEL, Giuliano Salvarani Rocha. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na Agenda 2030 da ONU. **Revista Nova Paideia**, v. 1, n. 3, p. 22-33, 2019. DOI: 10.36732/riep.v1i3.36. Disponível em: https://doi.org/10.36732/riep.v1i3.36. Acesso em: 25 jun. 2026.

ROHRICH, Simone; TAKAHASHI, Adriana. Aprendizagem organizacional e práticas ambientalmente sustentáveis em instituições de ensino superior: um estudo sobre o Canadá e o Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 7, n. 15, p. 387-402, 2020. DOI: 10.21438/rbgas(2020)071528. Disponível em: https://doi.org/10.21438/rbgas(2020)071528. Acesso em: 11 jul. 2026.

SILVA, Daniel; BRISOLA, Elisa; SILVA, Antenor. Políticas públicas em produções científicas acerca da violência contra a mulher e os impactos no desenvolvimento sustentável. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO (CICTED), 12., 2023. **Anais** [...], 2023. DOI: 10.29327/xiicicted23.709679. Disponível em: https://doi.org/10.29327/xiicicted23.709679. Acesso em: 4 jun. 2026.

SILVA, Jackeline *et al.* Construção de um índice de desenvolvimento sustentável e análise espacial das desigualdades nos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 1, p. 149-168, 2018. DOI: 10.1590/0034-7612163114. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7612163114. Acesso em: 20 jul. 2026.

SILVA, Waleska; FEIL, Alexandre. Avaliação da sustentabilidade de instituto federal de educação ciência e tecnologia. **Revista Gedecon**, v. 8, n. 2, p. 107-126, 2021. DOI: 10.33053/gedecon.v8i2.277. Disponível em: https://doi.org/10.33053/gedecon.v8i2.277. Acesso em: 13 jun. 2026.

SIMOES, Osvaldo; SANTOS, Jane; MARJOTTA-MAISTRO, Marta. Ecoturismo e desenvolvimento sustentável: percepções e práticas empreendedoras em Brotas - SP. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, v. 10, n. 2, e775, 2024. DOI:

10.55905/ijsmtv10n2-018. Disponível em: https://doi.org/10.55905/ijsmtv10n2-018. Acesso em: 6 jul. 2026.

STÉFANI, Sany; DELGADO, Charles. Sustentabilidade organizacional e suas métricas: revisão sistemática utilizando o método PRISMA. **Revista Gestão em Análise**, v. 10, n. 3, p. 204-219, 2021. DOI: 10.12662/2359-618xregea.v10i3.p204-219.2021. Disponível em: https://doi.org/10.12662/2359-618xregea.v10i3.p204-219.2021. Acesso em: 28 jun. 2026.

SZETEY, Katrina *et al.* Participatory planning for local sustainability guided by the Sustainable Development Goals. **Ecology and Society**, v. 26, n. 3, p. 16, 2021. DOI: 10.5751/ES-12566-260316. Disponível em: https://doi.org/10.5751/ES-12566-260316. Acesso em: 9 jul. 2026.

THIMOTEO, Amanda; GARCEZ, Marcio; HOURNEAUX, Flavio. O uso e a importância dos indicadores de sustentabilidade nas organizações – estudos de casos em empresas de energia elétrica. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 89-102, 2015. DOI: 10.5585/geas.v4i3.325. Disponível em: https://doi.org/10.5585/geas.v4i3.325. Acesso em: 22 jun. 2026.

UNFER, Tiago; BAGGIO, Daniel. Transformação digital e seu impacto na sustentabilidade das pequenas e médias empresas do noroeste do Rio Grande do Sul. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 12, e12648, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.12-162. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.12-162. Acesso em: 14 jul. 2026.

VARGAS, Anderson; SILVA, Jany; SILVA, Jorge. Indicadores de sustentabilidade financeira: um estudo multicasos em empresas de pequeno porte no comércio de Cruz das Almas, Bahia, Brasil. **Revista Formadores**, v. 20, n. supl., e2015, 2023. DOI: 10.25194/rf.v20isuplementar.2015. Disponível em: https://doi.org/10.25194/rf.v20isuplementar.2015. Acesso em: 30 jun. 2026.

VIOLA, Carolina; SALES, Luana; SCHNEIDER, Marco. Os indicadores da agenda 2030, a recuperação da informação e a relevância: diagnose das revisões nacionais voluntárias.

Revista Eletrônica de Disseminação de Informação Científica, v. 3, n. 1, 2023. DOI: 10.62758/re.v3i1.191. Disponível em: https://doi.org/10.62758/re.v3i1.191. Acesso em: 17 jul. 2026.

ZULPO, Marivane; MORAES, Andreia; TEDESCO, Clóvis. Universidades e as dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental, uma revisão bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 11, n. 4, p. 406-415, 2020. DOI: 10.6008/cbpc2179-6858.2020.004.0033. Disponível em: https://doi.org/10.6008/cbpc2179-6858.2020.004.0033. Acesso em: 24 jun. 2026.